

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

**GESTÃO EDUCACIONAL E INCLUSÃO:  
VISUALIZANDO ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM  
SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Carolina Terribile Teixeira**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2014**

**GESTÃO EDUCACIONAL E INCLUSÃO: VISUALIZANDO  
ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÃO DE  
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

**por**

**Carolina Terribile Teixeira**

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Gestão Educacional, do Centro de Educação, da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Gestão Educacional.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Soraia Napoleão Freitas**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2014**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Curso de Especialização em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia de  
Especialização

**GESTÃO EDUCACIONAL E INCLUSÃO: VISUALIZANDO ALUNOS  
COM DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO  
INSTITUCIONAL**

elaborado por  
**Carolina Terribile Teixeira**

Como requisito parcial para a obtenção do grau de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Soraia Napoleão Freitas**  
(Presidente / Orientadora)

---

**Prof<sup>a</sup>. Ms. Andréia Jaqueline Devalle Rech**

---

**Prof<sup>a</sup> Ms. Tatiane Negrini**

---

**Prof. Ms. Leandra Costa da Costa**  
(Suplente)

Santa Maria, 30 de julho de 2014.

Dedico este trabalho aos meus maiores incentivadores, meus pais Cezar e Marinês. Muito obrigada por tudo! Mais um passo foi dado e seguimos adiante nesta caminhada! Amo vocês!

## **Agradecimentos**

À minha orientadora Professora Soraia por oportunizar que esta pesquisa fosse realizada.

À Andréia pelos momentos compartilhados de discussões e conselhos sobre a pesquisa.

Às colegas do Grupo de Pesquisa *Educação Especial: Interação e Inclusão Social* que acompanharam esse processo de pesquisa, aprendizado e por me ouvirem nos momentos de angústia.

Aos meus pais pelo apoio, incentivo e compreenderem os meus momentos de ansiedade.

Às professoras da escola e à equipe técnica da instituição de acolhimento por aceitarem colaborar com esta pesquisa.

A todos aqueles que, de alguma forma, colaboraram com a minha caminhada.

*“A primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la”.*

*Eduardo Galeano*

Monografia de Especialização  
Curso de Especialização em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

## **GESTÃO EDUCACIONAL E INCLUSÃO: VISUALIZANDO ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

AUTORA: CAROLINA TERRIBILE TEIXEIRA  
ORIENTADORA: SORAIA NAPOLEÃO FREITAS

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 30 de julho de 2014.

Esta pesquisa é relevante porque oportuniza a investigação e a compreensão, por meio da gestão educacional, da realidade da inclusão escolar de alunos com deficiência que estão em situação de acolhimento institucional. Diante disso, este estudo investiga sobre as relações que permeiam a Gestão, a Inclusão e os Alunos com deficiência que vivem em situação de Acolhimento Institucional. A questão-problema preocupa-se em como a gestão educacional organiza o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional. O objetivo geral busca investigar como a gestão realiza o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional. Para desenvolver esta pesquisa, optou-se por uma abordagem qualitativa, realizando um estudo de caso. Para a coleta dos dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e observações na escola. Os dados foram analisados com base na Análise de Conteúdo de Bardin (1977). Para o embasamento das discussões, foram utilizados autores como Lück (2006), Libâneo; Oliveira; Toschi (2005), Garcia (2009), Kassar (2013), Rosseti-Ferreira (2013), Sousa; Paravidini (2013), entre outros. Como resultados, verificou-se que a escola organiza, de forma limitada, a inclusão dos alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional, visto que a ela faltam recursos como estrutura e profissionais especializados. Em sala de aula, predominam as dificuldades em fazer acontecer a inclusão, a professora de sala comum permanece presa as dificuldades e não procura novas possibilidades para incluir o aluno estudado. Analisou-se que os professores têm concepções diversas a respeito da inclusão desses alunos. Dessa forma, é importante que estudos acerca desse contexto sejam ampliados.

Palavras-chaves: Gestão Educacional. Inclusão. Alunos com deficiência. Acolhimento Institucional.

## ABSTRACT

Final Paper of Specialization  
Specialization Course in Educational Management  
Federal University of Santa Maria

### **EDUCATIONAL MANAGEMENT AND INCLUSION: VISUALIZING DISABLED STUDENTS IN INSTITUTIONAL WELCOMING CONDITION**

AUTHOR: CAROLINA TERRIBILE TEIXEIRA  
SUPERVISOR: SORAIA NAPOLEÃO FREITAS

Date e Location of Defense: Santa Maria, July 30<sup>th</sup>, 2014.

This research is relevant because it creates the opportunity to investigate and understand, through educational management, disabled students in institutional welcoming condition's school inclusion reality. So, this research investigates the relations that permeate Management, inclusion and disabled students who experience institutional welcoming condition. The problem of this research is how educational management organizes disabled students in institutional welcoming condition's school inclusion process. The general objective investigates how management executes disabled students in institutional welcoming condition's school inclusion process. In order to develop this research, a qualitative approach has been chosen by performing a case study. Semi-structured interviews and school observations were performed for data collection. Data were analyzed based on Bardin's Content Analysis (1977). For discussion basis, authors such as Lück (2006), Libâneo; Oliveira; Toschi (2005), Garcia (2009), Kassir (2013), Sousa; Paravidini (2013) among others were used. Results showed that school organizes disabled students in institutional welcoming condition's inclusion limitedly because it lacks resources like structure and specialized professionals. In classroom, difficulties in making inclusion happen prevail, the teacher in regular classroom stays stuck to the difficulties and does not pursue new possibilities to include the student under study. Teachers' diverse conceptions about these students' inclusion have been identified. Thus, it is important that studies within this context be enlarged.

Key-words: Educational Management. Inclusion. Disabled Students. Institutional Welcoming.



**LISTA DE APÊNDICES:**

**Apêndice A – Roteiros das Entrevistas..... 62**

**LISTA DE ANEXOS:**

**Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido..... 65**

**LISTA DE QUADROS:**

**Quadro 1– Identificação dos artigos..... 23**

## **LISTA DE GRÁFICOS:**

<b>Gráfico 1– Fontes de pesquisa.....</b>	<b>22</b>
---	-----------

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1. CAMINHOS INVESTIGATIVOS.....</b>	<b>17</b>
<b>2. GESTÃO EDUCACIONAL E INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: O ESTADO DO CONHECIMENTO.....</b>	<b>21</b>
<b>2.1 Gestão e Inclusão: caminhos percorridos pelas Políticas Públicas e a Acessibilidade.....</b>	<b>26</b>
<b>2.2 Crianças com Deficiência e Acolhimento Institucional.....</b>	<b>31</b>
<b>3. DEBATES SOBRE GESTÃO EDUCACIONAL E INCLUSÃO.....</b>	<b>34</b>
<b>4. ANALISANDO QUESTÕES REFERENTES À GESTÃO, À INCLUSÃO E AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.....</b>	<b>42</b>
<b>5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA REFLETIR.....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>56</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>62</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>65</b>

## APRESENTAÇÃO

Quando realizei a pesquisa do meu Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação em Educação Especial me propus a pesquisar sobre o tema da Adoção Especial, ou seja, a adoção de crianças com necessidades especiais, por meio dessa pesquisa conheci famílias que colaboraram com a mesma. Algumas dessas famílias tinham em comum o histórico de institucionalização dessas crianças e foi assim que despertou o meu interesse sobre as crianças com deficiência em situação de acolhimento institucional. Como a minha formação é na área da educação busco sempre relacionar os aspectos que estão envolvidos tanto na adoção especial como no acolhimento institucional com fatores da educação em cada uma das pesquisas.

A Gestão Educacional permeia todo o sistema de ensino e tem fundamental importância nas ações realizadas no âmbito educacional. O tema Inclusão faz parte de uma política presente em nossa sociedade e que é um desafio para as nossas escolas. O Acolhimento Institucional sempre foi um tema debatido nas áreas de psicologia e assistência social, porém gera implicações no ambiente escolar que precisam ser consideradas. Já as crianças com deficiência que vivem em situação de acolhimento institucional praticamente não são lembradas por pesquisas acadêmicas. Diante disso, senti-me instigada a pesquisar sobre as relações que permeiam a Gestão, a Inclusão e os Alunos com deficiência que vivem em situação de Acolhimento Institucional.

Para isso, trago como problema de pesquisa: como a gestão educacional organiza o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional?

E para delinear esse estudo tracei como objetivo geral: investigar como a gestão educacional realiza o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional. E como objetivos específicos: verificar de que forma a gestão escolar organiza o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional; pesquisar como acontece o processo de inclusão de alunos com deficiência que vivem em situação de acolhimento institucional; analisar as concepções dos professores do ensino comum a respeito da inclusão escolar de alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional.

Essa pesquisa é relevante porque oportuniza a investigação e compreensão da realidade da inclusão escolar de alunos com deficiência que vivem em situação de acolhimento institucional através da gestão educacional.

Na primeira parte do trabalho apresento os “Caminhos Investigativos” que escolhi para desenvolver a pesquisa e como acontece o desenvolvimento desse estudo. Argumento a respeito da minha preferência por uma pesquisa qualitativa, realizando um estudo de caso, também apresento os sujeitos que dela fizeram parte.

Na segunda parte apresento o referencial teórico que embasa o estudo realizado. O mesmo está dividido em dois capítulos denominados respectivamente: “Gestão Educacional e Inclusão de Crianças com Deficiência em Situação de Acolhimento Institucional: o estado do conhecimento”; e “Debates sobre Gestão Educacional e Inclusão”.

Na terceira parte, realizo a análise dos dados coletados no decorrer da pesquisa relacionando com o referencial teórico estudado. Esse capítulo intitula-se “Analisando questões referentes à Gestão, à Inclusão e aos Alunos com Deficiência em Situação de Acolhimento Institucional”.

Para finalizar, exponho um último capítulo, intitulado “Algumas Considerações para Refletir” a respeito da realização dessa pesquisa, em que apresento minhas percepções enquanto pesquisadora, discuto sobre os dados coletados e a respeito dos objetivos estipulados. Também são realizadas colocações sobre as quais ainda há muito a ser pensado.

**Primeira Parte**

---



## 1. CAMINHOS INVESTIGATIVOS

A presente pesquisa tem como proposta realizar um estudo de caso de escolas que atendem alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional, verificando as ações de inclusão implementadas pela gestão educacional. Dessa forma, esse estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, pois procura atribuir significado a experiências no âmbito educacional no próprio contexto em que acontecem. A mesma caracteriza-se como um estudo de caso porque pretende estudar com profundidade a realidade dos sujeitos da pesquisa. Yin (2010, p. 24) define o estudo de caso

Como método de pesquisa, o estudo de caso é usado em muitas situações, para contribuir ao nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados. [...] Em todas essas situações, a necessidade diferenciada dos estudos de caso surge do desejo de entender os fenômenos sociais complexos.

Para isso, foi realizado um contato prévio com instituições de acolhimento institucional para averiguar em qual delas há crianças com deficiência em idade escolar. Depois de localizadas essas crianças, foi feito contato com a escola que elas frequentam, para posteriormente convidá-las a participar da pesquisa. Tendo o aceite da direção das escolas e da instituição de acolhimento foi assinado o termo de consentimento livre e esclarecido por cada participante da pesquisa.

Dessa forma, para a coleta de dados utilizou-se dois instrumentos: a observação (com registro em diário de campo) e a entrevista semiestruturada. Ambas são consideradas relevantes para a coleta de dados qualitativos. A entrevista semiestruturada é definida por Triviños (2008, p. 146),

[...] aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Por meio da entrevista, como destaca Vasconcelos (2002), é possível obter informações e a opinião dos sujeitos a respeito do que está sendo investigado. Também oportuniza a interação e troca entre o investigador e o entrevistado.

Já a observação é referenciada por Vasconcelos (2002, p. 218) como,

Uma das vantagens comparativas dos diversos tipos de observação é a de que os fenômenos são percebidos diretamente, sem intermediários. Entretanto, a presença física do observador sempre provoca alterações no comportamento dos fenômenos observados, que exigem uma análise crítica desses efeitos e do sentido dessas alterações.

Com isso, atenta-se para a relevância da realização de observações que possibilitam estar em contato com o meio que está sendo estudado o que torna a análise mais rica de fatos que muitas vezes não são relatados nas entrevistas. E também se atenta para os cuidados necessários para a realização da mesma. Gibbs (2009, p.57) alerta para a importância de realizar um diário de campo. Para o autor,

[...] escrever é uma parte essencial da reflexão sobre seus dados. O material escrito ajuda a esclarecer as ideias e pode ser compartilhado com outras pessoas para fins de avaliação. Portanto, é uma boa ideia manter todos as suas percepções, ideias, anotações, reflexões, ações e outras impressões [...].

A observação foi realizada na escola em que o aluno estuda, para possibilitar o acompanhamento de como a gestão está lidando com o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional. Além disso, também será feita observação da prática pedagógica do professor da sala de aula comum. Durante a realização das observações foram feitas as anotações no diário de campo. Esses aspectos também foram contemplados na entrevista semiestruturada que foi realizada com os professores, representante da direção da escola e equipe técnica da instituição de acolhimento.

Os dados coletados na pesquisa, segundo Chizzotti (2006, p.84),

[...] são 'fenômenos' que não se restringem às percepções sensíveis e aparentes, mas se manifestam em uma complexidade de oposições, de revelações e de ocultamentos. É preciso ultrapassar sua aparência imediata para descobrir sua essência.

Por isso, a análise dos dados coletados acontece a partir da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). A autora organiza a análise seguindo os passos denominados de: pré-análise, exploração do material e, tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A pré-análise é uma fase de organização que visa "a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a

elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final”. (Ibid, p. 95). A exploração do material consiste em administrar de forma sistemática as decisões tomadas, administração de técnicas. E o tratamento dos resultados, inferência e interpretação é a fase em que os resultados “são tratados de maneira a serem significativos [...] e válidos”. (BARDIN, 1977, p. 101).

A escolha da Análise de Conteúdo se justifica, pois esta é uma técnica muito utilizada em pesquisas qualitativas e que possibilita a ampla exploração dos dados coletados e do estudo.

Colaboraram para a coleta de dados a diretora e a supervisora de uma escola pública municipal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, que cederam entrevistas e também permitiram que fossem realizadas observações no espaço escolar. Além dessas, colaboraram com a coleta de dados a equipe técnica de uma instituição de acolhimento da mesma cidade, por meio de entrevista.

As observações foram realizadas na sala de aula de uma turma de 5<sup>o</sup> ano com um aluno incluído, que está com onze anos de idade, tem déficit cognitivo e vive em situação de acolhimento institucional. Já as entrevistas ocorreram tanto na escola como na instituição de acolhimento, contando com o total de três entrevistas. Elas foram gravadas e, posteriormente, foram transcritas para a análise, exceto a entrevista 3 que foi respondida por escrito via e-mail.

**Segunda Parte**

---

## **2. GESTÃO EDUCACIONAL E INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: O ESTADO DO CONHECIMENTO**

Esse capítulo se propõe a realizar um estado do conhecimento a respeito da gestão educacional e da inclusão de alunos com deficiência que vivem em situação de acolhimento institucional. Nesse contexto, objetiva-se mostrar o que vem sendo publicado nos últimos anos a esse respeito e também, a relação que se dá entre o ambiente escolar e o de acolhimento.

Para isso, adota-se como problema de pesquisa o seguinte questionamento: como a gestão educacional organiza o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional?

Com a finalidade de realizar o estado do conhecimento acerca desse tema foram consultadas seis revistas acadêmicas que constam na lista do site Scielo, que é uma biblioteca eletrônica, que tem seleções de coleções de periódicos científicos brasileiros, sendo três específicas da área da educação e as outras três da área da psicologia. Optou-se por essas duas áreas porque são as com maior número de estudos voltados para a temática dessa pesquisa. A pesquisa foi delimitada nos últimos cinco anos, compreendendo então, os anos de 2009 a 2013, e como descritores foram utilizados: gestão educacional, gestão escolar, instituição de acolhimento, inclusão, educação inclusiva, educação especial. Nessa busca foram encontrados 16 artigos. Porém, são poucos os trabalhos que tratam dessa temática em específico. Portanto, foram destacados artigos que debatem a gestão, outros a inclusão e, ainda, outros que tratam de crianças em situação de acolhimento.

Dessa forma, para atingir o objetivo proposto foi necessário estabelecer as relações entre esses campos de estudo, em que verificou-se essa ser uma temática nova, portanto relevante de ser pesquisada. Trata-se de um público geralmente pouco visto que são os alunos com deficiências que vivem em situação de acolhimento institucional e com isso justifica-se a necessidade desse estudo.

A busca pelas revistas foi encaminhada da seguinte maneira: primeiramente acessou-se a lista fornecida pelo Scielo de onde foram selecionadas três revistas, sendo elas: Educação Especial – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Educação (UFSM); Revista Brasileira de Educação Especial (Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial). Nessas três revistas foram encontrados

nove artigos que tratam a respeito da gestão educacional e da inclusão. Dessa forma sentiu-se necessidade de realizar novas buscas para contemplar artigos que abordassem também a questão do acolhimento institucional que não foram abordados nas revistas específicas da área da educação.

Com isso, foram realizadas buscas em outras três revistas do campo da psicologia que constam no Scielo e que tiveram publicações que abordassem acolhimento institucional e educação inclusiva, portanto que tinham publicações relacionadas ao tema dessa pesquisa. São elas: Psicologia: Reflexão e Crítica (Universidade Federal do Rio Grande do Sul); Psicologia: Teoria e Pesquisa (Universidade Presbiteriana Mackenzie); Psicologia Ciência e Profissão (Conselho Federal de Psicologia). Nessas revistas foram encontrados mais sete artigos que se aproximam da proposta dessa pesquisa.

Para exemplificar o que foi disposto elaborou-se o gráfico a seguir:

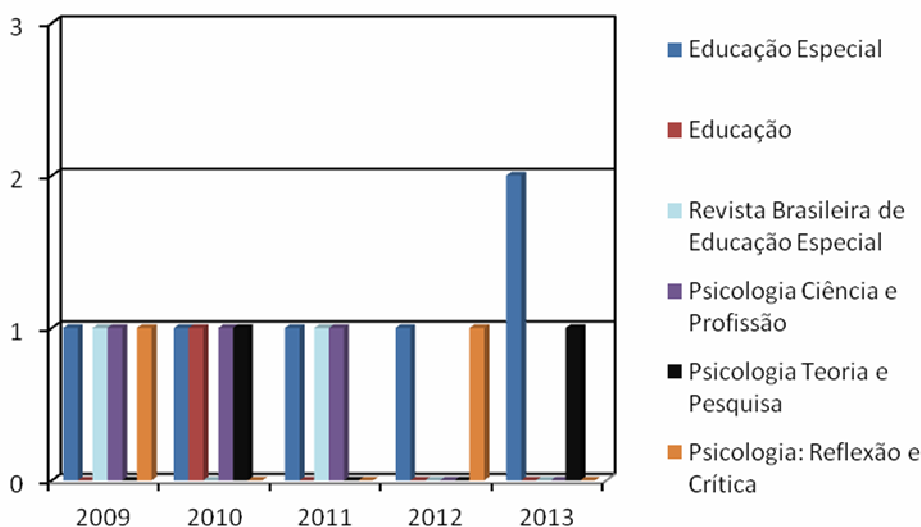


Gráfico 1 – Fontes de pesquisa (Gráfico elaborado pela autora).

Pode-se perceber que são poucos os artigos publicados no espaço de tempo entre 2009 e 2013 que vem a contribuir com a pesquisa. Sendo que o maior número de publicações encontra-se na revista Educação Especial da UFSM, totalizando seis artigos. Desses artigos todos abordam a temática da inclusão, associada à acessibilidade ou aos direitos garantidos por Lei como ao frequentar a escola comum, ao atendimento educacional especializado, entre outros. Também, nota-se,

que há uma maior periodicidade na publicação desses artigos, sendo pelo menos um por ano.

Nas demais revistas não houve periodicidade, sendo que aconteceram espaços de tempo de um até três anos sem alguma publicação que pudesse ser relacionada ao tema dessa pesquisa. Isso vem a confirmar a necessidade de se aprofundar estudos que abordem a relação entre a gestão educacional e a inclusão de alunos com deficiência que vivem em situação de acolhimento institucional.

No quadro a seguir estão dispostos os títulos dos artigos consultados, seus respectivos autores e instituições de origem, assim como o ano de publicação.

(continua)

<b>Título</b>	<b>Autores</b>	<b>Instituição</b>	<b>Revista</b>	<b>Ano</b>
Acolhimento Precoce e o Vínculo na Institucionalização.	Gabriela Golin; Silvia Pereira da Cruz Benetti.	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Psicologia Teoria e Pesquisa	2013
Educação Especial e Inclusiva no ordenamento jurídico brasileiro.	Erenice Natália Soares de Carvalho.	Universidade Católica de Brasília	Educação Especial UFSM	2013
Educação inclusiva e exclusão social.	Maria Luisa Bissoto.	Centro Universitário Salesiano de São Paulo	Educação Especial UFSM	2013
A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência.	Elaine Maria Bessa Rebello Guerreiro.	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	Educação Especial UFSM	2012
Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Situações de Abandono, Violência e Rupturas.	Maria Clotilde Rossetti-Ferreira; Ivy G. de Almeida; Nina Rosa do Amaral Costa; Lilian de A. Guimarães; Fernanda Neísa Mariano; Sueli Cristina de Pauli Teixeira; Solange A. Serrano.	Universidade de São Paulo	Psicologia: Reflexão e Crítica	2011

(continuação)

<b>Título</b>	<b>Autores</b>	<b>Instituição</b>	<b>Revista</b>	<b>Ano</b>
A conferência mundial de educação para todos e a Declaração de Salamanca: alguns apontamentos.	Rosimeire Maria Orlando Zeppone.	Universidade Federal de São Carlos	Educação Especial UFSM	2011
Percurso da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva.	Mônica de Carvalho Magalhães Kassar.	Universidade Estadual de Campinas	Revista Brasileira de Educação Especial	2011
Vínculos entre Crianças em Situação de Acolhimento Institucional e Visitantes da Instituição.	Karollyne Kerol de Sousa; João Luiz Leitão Paravidini.	Universidade Federal de Uberlândia	Psicologia Ciência e Profissão	2010
Acessibilidade na agenda da inclusão social e educacional.	Tatiane Negrini; Leandra Costa da Costa; Leodi Conceição Meireles Ortiz; Soraia Napoleão Freitas.	Universidade Federal de Santa Maria	Educação Especial UFSM	2010
A Vinculação Afetiva para Crianças Institucionalizadas à Espera de Adoção.	Shimênia Vieira de Oliveira; Caio César Souza Camargo Próchno.	Universidade Federal de Uberlândia	Psicologia Ciência e Profissão	2010
Crianças e Adolescentes Institucionalizados: Desempenho Escolar, Satisfação de Vida e Rede de Apoio Social.	Aline Cardoso Siqueira; Débora Dalbosco Dell'Aglio.	Centro Universitário Franciscano  Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Psicologia Teoria e Pesquisa	2010
Gestão escolar: a prática pedagógica administrativa na política de educação inclusiva.	Thaís Cristina Rodrigues Tezani.	Universidade Estadual Paulista	Educação UFSM	2009



(conclusão)

<b>Título</b>	<b>Autores</b>	<b>Instituição</b>	<b>Revista</b>	<b>Ano</b>
Avaliação de políticas públicas: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino fundamental das cidades-pólo do Estado de São Paulo.	Simone Cristina Fanhani Marins; Thelma Simões Matsukura.	Universidade Federal de São Carlos	Revista Brasileira de Especial	2009
Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiências: destaques para o debate sobre educação.	Katia Regina Moreno Caiado.	Universidade Federal de São Carlos	Educação Especial UFSM	2009
O Abrigo como Fator de Risco ou Proteção: Avaliação Institucional e Indicadores de Qualidade.	Alessandra Salina-Brandão; Lúcia Cavalcante de Albuquerque Williams.	Universidade Federal de São Carlos	Psicologia: Reflexão e Crítica	2009
O Papel do Diretor Escolar na Implantação de uma Cultura Educacional Inclusiva.	Claudia Lopes da Silva; Maria Isabel da Silva Leme.	Universidade de São Paulo	Psicologia Ciência e Profissão	2009

Quadro 1 - Identificação dos artigos

Analisando a tabela acima nota-se que há uma maior incidência de trabalhos de autores oriundos da Universidade Federal de São Carlos totalizando quatro deles, seguidos da Universidade Federal de Uberlândia e da Universidade de São Paulo, com dois cada. Porém, mesmo tendo em comum as universidades, os trabalhos são de autorias diferentes e não possuem relações.

Quanto ao número de publicações por ano, 2010 e 2009 tiveram o maior número delas, totalizando quatro publicações cada um. Nos demais anos a média foi de duas a três publicações por ano, sendo que a maioria dos artigos publicados aborda a inclusão e poucos a questão do acolhimento institucional.

## 2.1 Gestão e Inclusão: caminhos percorridos pelas Políticas Públicas e a Acessibilidade

Não basta construir rampas ou outros elementos da acessibilidade para uma efetiva inclusão escolar, pois esta requer um conjunto de condições de ordem pedagógica, de capacitação e de gestão. (GUERREIRO, 2012, p. 225).

Conforme Guerreiro (2012) para se ter um ambiente favorável a inclusão e acessibilidade é preciso um conjunto de ações que estão envolvidas diretamente a gestão. Sendo que a gestão tem papel fundamental na efetivação da inclusão de alunos com deficiência que vivem em situação de acolhimento ou não. O caso em específico abordado nesse estudo refere-se aos alunos em situação de acolhimento por esses serem pouco visualizados a partir do campo teórico da educação.

Guerreiro (2012) aborda a questão da inclusão escolar a partir da importância da acessibilidade no ambiente educacional. Com isso, faz uma reflexão partindo de um levantamento realizado em estudos bibliográficos e documentos que tratam do assunto, como por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (1975), a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2007) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), entre outros. A autora salienta ainda que “a educação é um direito social e a acessibilidade é um direito constitucional” (Ibid, p. 217).

Com base nisso, é debatido que o aluno com deficiência tem direito à educação e não apenas garantias na participação em atividades pedagógicas, mas que é preciso alertar-se para que tenha acesso às demais atividades que envolvam esporte e lazer por exemplo. Também, é preciso ter condições de mobilidade e que além do acesso, sejam trabalhadas as condições de permanência para esse aluno. Nesse aspecto, cabe a gestão escolar a função de implementar essas ações nas escolas. Para finalizar, a autora destaca que ainda há muito que se avançar em inclusão e acessibilidade, sendo que as instituições de ensino são mediadoras desse processo.

Zeppone (2011) faz um debate acerca da Conferência Mundial de Educação para todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994) e suas implicações nas políticas atuais e o que vem acontecendo na prática, o que faz seu estudo ser uma

reflexão sobre o movimento da educação inclusiva. A autora destaca que ainda há muito para ser realizado nas escolas, sendo que o nosso país tem uma história de educação para as elites e de exclusão das minorias, o que vem se revertendo ao longo do tempo.

Nesse ponto, destaca-se a importância de uma gestão comprometida não apenas em fazer cumprir o disposto em Leis, Decretos e Declarações, mas sim, uma gestão que saiba trabalhar com a sua comunidade. Principalmente, uma gestão que olhe para seus alunos e compreenda suas necessidades e habilidades e procure investir no acesso e na permanência deles. Assim, se caracteriza uma gestão democrática e que segundo Lück (2006, p. 58),

[...], a proposição da democratização da escola aponta para o estabelecimento de um sistema de relacionamento e de tomada de decisão em que todos tenham a possibilidade de participar e contribuir a partir de seu potencial que, por essa participação, se expande, criando um empoderamento pessoal de todos em conjunto e da instituição.

Esses aspectos são necessários para a constituição de uma escola que compreenda e atenda a seus alunos levando em consideração a realidade vivenciada por eles. Dessa forma, torna possível também um melhor processo de inclusão e acessibilidade.

Caiado (2009) faz uma reflexão a partir da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência a respeito de aspectos da educação inclusiva. A autora define como temas a serem abordados: “a definição de deficiência e de pessoas com deficiência; a acessibilidade; a relação entre deficiência e pobreza e o papel do Estado na garantia do direito à educação” (CAIADO, 2009, p. 329).

Esses temas abordados pela referida autora são de grande importância e há constante necessidade de serem trazidos à tona e debatidos. Destaca-se o que a autora salienta como acessibilidade na educação para elucidar essa compreensão, mencionando que, “portanto, acessibilidade à escola seria a possibilidade de ingressar e ter as condições para compreender e alcançar os objetivos propostos no processo educacional”. (Ibid, p. 334).

A citação mencionada vem a corroborar com o que Negrini, Costa, Ortiz e Freitas (2010) trazem à discussão, a questão da acessibilidade relacionada à inclusão social e educacional, e para isso, as mesmas realizam um resgate sobre a legislação sobre o tema da acessibilidade. Com o estudo realizado notou-se que há

uma prevalência em legislações que tratam de acessibilidade apenas no viés arquitetônico e estrutural, deixando à parte a acessibilidade educacional que é de grande importância para que o trabalho de inclusão venha a ser bem sucedido.

Nesse contexto, destaca-se a necessidade de a acessibilidade estar presente também em aspectos curriculares pedagógicos, de forma que venha a atender a todas as necessidades e habilidades dos alunos. Além disso, adaptações atitudinais precisam ser trabalhadas e tem grande relevância no processo de inclusão social e educacional.

Carvalho (2013) reflete a respeito da educação especial e inclusiva no ordenamento jurídico brasileiro e busca identificar as divergências existentes entre os dispositivos legais em vigor. Para isso, analisa documentos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, as Resoluções CNE/CEB Nº 2/2001 e Nº 4/2009, e o Decreto 7611/2011.

A autora destaca que esses documentos legais, entre outros, apresentam divergências que acabam por gerar conflitos nas práticas pedagógicas e gerenciais. Carvalho (2013, p. 265-266) afirma que,

Os dispositivos geradores de conflito na identificação do público-alvo da educação especial estão implicados nas dificuldades práticas vividas no cotidiano dos sistemas de ensino, em ações como: levantamento de estatísticas escolares; desenvolvimento de projetos para captação e aplicação de recursos; organização e funcionamento do AEE; dentre outras.

É importante que esses contrapontos sejam visualizados com o olhar da gestão educacional porque além de gerar conflitos de ordens práticas e gerenciais diz respeito a toda comunidade envolvida. É preciso que esses debates sejam acompanhados pelos profissionais da área da educação e que ouçam as partes envolvidas na prática da educação especial e inclusiva para que os documentos legais se aproximem da realidade das escolas.

Já Bissoto (2013, p. 91) aborda a questão da educação inclusiva juntamente a exclusão social e realiza um profundo debate acerca das implicações de ambas. A autora diz que “[...] é essencial para a Educação Inclusiva que as instituições educacionais revejam seus objetivos e razões de existência social.” E ainda defende que “[...] uma ação educacional efetivamente inclusiva não pode ficar restrita aos muros das instituições. Exige a participação de toda a coletividade”. Bissoto (2013, p. 91). A autora salienta que o conceito de exclusão social passa por transformações

acompanhando as novas realidades sociais. Dessa forma, “é um conceito que se refere tanto à privação na atenção às necessidades e direitos humanos básicos, como às questões envolvidas no isolamento e estigmatização social daqueles considerados ‘diferentes’”. (Ibid, p. 96).

A partir dessas reflexões, Bissoto (2013) traz a interferência da ordem econômica na educação como, por exemplo, o liberalismo econômico e o neoliberalismo. Sabe-se que os organismos internacionais exercem grande influência e ditam normas para as políticas públicas a nível mundial. No Brasil, a influência dos organismos internacionais está presente nos programas criados para atingir metas estabelecidas a fim de melhorar os índices de escolarização e que estão presentes na maioria das escolas públicas brasileiras.

A influência dos organismos internacionais nas políticas públicas brasileiras voltadas a educação encontra-se presente na discussão abordada por Kassar (2011), que, além disso, trata da política brasileira de educação especial inclusiva e os percursos da sua constituição. Dessa forma, com a influência do sistema econômico, o processo educacional acaba por não levar em consideração em seu foco de ação fatores relevantes ao processo de aprendizagem distintos de cada público.

Bissoto (2013, p. 103) defende que o planejamento do processo educacional deve ser pensado com a comunidade. Sendo assim, coloca que,

[...] o processo educacional deve se construir no e pelo planejamento de situações e ambientes de aprendizagem fundados em aspirações compartilhadas, de respeito e de acolhimento entre alunos e professores e focado na circunstancialidade das comunidades às quais os sujeitos pertencem.

Por isso, é importante uma gestão que trabalha em conjunto com a comunidade escolar e que relaciona em sua forma de ensino elementos que fazem parte da realidade dos alunos. Trabalhando dessa forma, vem a contribuir para o processo de aprendizagem, possibilitando que os alunos adquiram novos conhecimentos.

Ao que diz respeito à gestão, Tezani (2010) destaca a prática pedagógica administrativa na política de educação inclusiva. Salaria que em muitas escolas a gestão acaba por voltar-se mais as exigências administrativas do que as pedagógicas o que vem a prejudicar a prática e o trabalho para a educação

inclusiva. Para Tezani (2010, p. 287), “a gestão escolar é uma das responsáveis pela construção da escola inclusiva”. Além disso, defende que há falta de preparo para educação inclusiva, tanto de professores e demais profissionais envolvidos como também das próprias escolas. É necessário refletir conjuntamente sobre as condições reais existentes para colocar em prática uma educação inclusiva de qualidade. Sendo assim,

As bases para a construção da escola inclusiva, ou seja, uma escola de qualidade para todos, são autonomia e reflexão, contribuindo para a melhoria do sistema educacional, facilitando o acesso à educação para todos os alunos, inclusive aos com necessidades educacionais especiais. (TEZANI, 2010, p. 290).

Os profissionais que atuam nas escolas precisam exercer sua autonomia e refletir constantemente sobre sua prática, as ações desenvolvidas na escola. A gestão precisa estar atenta ao preparo profissional e estrutural das pessoas que trabalham para uma educação inclusiva. Promover e/ou possibilitar a participação em cursos de formação é um dos caminhos que podem auxiliar oportunizando troca de conhecimentos e informações.

Adaptar a escola para garantir a educação inclusiva não se resume apenas a eliminar as barreiras arquitetônicas dos prédios escolares; é preciso ter um novo olhar para o currículo escolar, proporcionando a todos os alunos o acesso aos processos de aprendizagem e desenvolvimento. (Ibid, p. 293).

A adaptação do currículo escolar visando proporcionar o acesso e permanência dos alunos na escola é um fator preponderante e a gestão com seus professores precisa trabalhar para que isso se efetive. Silva e Leme (2009) a partir da atuação do diretor escolar estabelecem a relação entre a democratização da escola e da cultura inclusiva. Ainda salientam que a educação inclusiva depende da forma de gestão estabelecida na escola e não da presença ou não de alunos com deficiência.

Segundo Silva e Leme (2009, p. 498),

É interessante destacar também que o ambiente inclusivo independe da presença de crianças com deficiência, sendo antes de tudo um espaço onde se privilegiam as relações humanas. A implantação de tal ambiente demanda mudança da cultura institucional, uma das tarefas mais profundas e difíceis que uma organização pode enfrentar.

A escola é um local onde se estabelecem relações sociais e adaptações atitudinais são importantes para que a mesma se constitua um espaço inclusivo. Já Marins e Matsukura (2009) trazem à discussão a avaliação das políticas públicas voltadas para a inclusão. Consideram a necessidade de investigar a implementação e de se investir em estudos que analisem essas políticas na prática, para que haja um acompanhamento efetivo do que se tem nas políticas públicas e do que acontece na realidade.

## **2.2 Crianças com Deficiência e Acolhimento Institucional**

As instituições de acolhimento geralmente são financiadas por órgãos não governamentais e contam com equipes multiprofissionais para atender as crianças institucionalizadas. Essas equipes podem ser compostas por assistente social, pedagoga, educadora especial, psicólogo, cuidadores, mãe social, entre outros.

As instituições de acolhimento que recebem crianças com alguma deficiência precisam estar atentas e trabalhar em acordo com a política de inclusão. Essas crianças têm direito a todos os atendimentos e recursos aos quais apresentam necessidade, como atendimento psicológico, fisioterapia, educação especial, entre outros. Dessa forma, a instituição de acolhimento deve contar com apoio de profissionais qualificados e trabalhar articulada com as escolas frequentadas pelas crianças.

As crianças com deficiência que vivem em situação de acolhimento institucional são pouco visualizadas academicamente conforme apresentado no estado do conhecimento dessa monografia. Artigos que tratam em específico desses casos são infrequentes, geralmente são abordados quando se cita o perfil de criança indesejada para adoção e aquelas que ficam por muitos anos na instituição.

Oliveira e Próchno (2010) debatem acerca da vinculação afetiva das crianças institucionalizadas e destacam que essas tendem a desenvolver a afetividade em relação as suas cuidadoras nas instituições de acolhimento. Outra possibilidade que é abordada por Sousa e Paravidini (2011) é o apadrinhamento das crianças institucionalizadas, portanto, as mesmas passam a ter sua vinculação afetiva direcionada a essas pessoas.

Porém, as mesmas autoras (2011, p. 537) também ressaltam que “[...], percebe-se que o apadrinhamento tem sido usado como um dispositivo para preencher lacunas existenciais, tanto pela via da criança como do padrinho”. E esse é um fator preocupante porque os vínculos afetivos constituídos podem levar a falsas expectativas tanto de encontrar o filho ideal quanto de uma possível adoção por padrinhos.

Outro contraponto do apadrinhamento é em relação às crianças com deficiência, pois pessoas sensibilizadas com sua situação auxiliam com os recursos necessários para seu bem-estar. Porém, é menor o número de pessoas interessadas em sua adoção ou mesmo em apadrinhamento afetivo que é relativo a quando a pessoa pode levar a criança para passear, entre outras atividades.

A institucionalização tem caráter temporário, porém em muitos casos essas crianças permanecem nesses lugares por vários anos. Referente a isso Siqueira e Dell’Aglio (2010, p. 413) destacam que,

Apesar de o abrigo ser uma medida de proteção excepcional e temporária, é possível observar que muitas crianças e adolescentes permanecem por muitos anos institucionalizados, embora mantenham contato com a família.

Quando se trata de uma criança com deficiência, a chance de permanência na instituição é ainda maior, pois a família desinteressada não a procura e quando são encaminhadas para a adoção, não correspondem ao perfil desejado pelos candidatos a adotantes. Logo, “[...] o que se sabe é que elas são colocadas nas instituições de acolhimento por tempo indeterminado, à espera de uma nova família ou do retorno à própria família renovada”. (SOUSA; PARAVIDINI, 2011, p. 539)

As crianças são encaminhadas para as instituições de acolhimento por diversos motivos, dentre eles: abandono, destrato por parte dos pais e/ou responsáveis, falta de condições de higiene, pais e/ou responsáveis dependentes químicos, etc. Rossetti-Ferreira et al. (2012, p. 392) apresentam diferentes formas de acolhimento a crianças que sofreram abandono, violência ou mesmo ruptura familiar. As autoras pontuam que,

[...] observa-se a emergência de estudos e pesquisas que também tentam compreender a situação do acolhimento institucional de forma mais local, bem como movimentos e iniciativas que procuram qualificar essas instituições.



O estudo das autoras, ainda, discute sobre a forma de organização das instituições de acolhimento que não tem como privilégio que grupos de irmãos mantenham o vínculo. Isso porque muitas atendem crianças apenas em determinada faixa etária ou de um determinado sexo.

Salina-Brandão e Williams (2009) investigaram como acontece a fiscalização das instituições de acolhimento e sugeriram que fossem realizadas capacitações e formações continuadas tanto para os avaliadores quanto para os profissionais que nelas atuam. Com isso, os profissionais que trabalham nesses espaços podem compreender e atender de forma mais adequada às necessidades das crianças institucionalizadas e no caso dos avaliadores poderão executar sua função de forma mais efetiva.

Golin e Benetti (2013) trazem em seu estudo a questão do acolhimento e do vínculo afetivo na institucionalização e desenvolvem o debate com raiz psicológica. Mas, também, deixam em evidência a necessidade do preparo dos profissionais que atuam em instituições de acolhimento. As autoras destacam que “[...] essas crianças precisam contar com um ambiente seguro, previsível e estável, que as reconheça em suas necessidades e autonomia”. (Ibid, p. 247).

Diante desses dados, percebe-se que atender as necessidades individuais das crianças em situação de acolhimento e proporcionar as condições de vida com proteção e cuidado ainda é uma dificuldade tanto em esfera política quanto no que diz respeito à atuação das próprias instituições e dos profissionais que as compõem. É preciso que se atente também para as necessidades singulares das crianças com deficiência que estão em situação de acolhimento, primando por sua qualidade de vida e pela capacitação dos profissionais que a atendem.

### 3. DEBATES SOBRE GESTÃO EDUCACIONAL E INCLUSÃO

Esse capítulo se propõe a debater a respeito da articulação entre gestão educacional e a inclusão. Dessa forma, visa compreender como esse processo acontece e como tem sido percebido na atualidade pelos pesquisadores. O sistema de ensino nacional vem sofrendo adequações nas últimas décadas influenciadas por organismos internacionais e por movimentos pela educação. Inicialmente faz-se necessária uma contextualização a respeito dessas influências.

Com essas mudanças a gestão da educação também precisou adequar-se e vem cada vez mais exercendo características democráticas, com a participação da comunidade. Com a Política de inclusão, a gestão passou a trabalhar para sua implementação, o que se tornou um desafio diário.

Para fomentar a discussão que aborda tanto a gestão como o processo de inclusão e os seus entrelaçamentos recorreu-se a autores como: Oliveira (2011), Lück (2006), Paro (2008), Garcia (2009) e Campos (2009). Além disso, dedicou-se atenção as políticas públicas que ao longo do tempo vem determinando o contexto educacional.

A educação brasileira recebe influências de organismos internacionais, e sofreu grandes mudanças ao longo das últimas décadas por ter aderido aos princípios e propostas, por exemplo, da Conferência Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990) e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). Com base nesses documentos foi elaborada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 e também foi proposta e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p. 14) que tem como objetivo,

[...] assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Para isso, conforme Garcia (2009) devem ser seguidas orientações educacionais que façam parte da proposta pedagógica da escola. Dessa forma, a educação especial atende o seu público alvo de forma a complementar e suplementar às suas necessidades, seguindo o que é apontado pela política nacional (2008) que encontra-se em vigência.

Todas essas ações também foram influenciadas por movimentos que levaram a elaboração de documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (ONU, 1975) e a realização da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2007).

Tudo o que é proposto e está firmado em Lei para a educação precisa ser conhecido e discutido para ser efetivado com qualidade. Para isso, é preciso que haja uma gestão que compreenda as questões políticas envolvidas, além das necessidades do público a quem atende e que deve participar dessa gestão.

Uma elucidação a respeito disso é realizada por Miranda (2009, p. 205),

A organização e a gestão do sistema de ensino de um país podem ser consideradas em três grandes instâncias: o sistema de ensino como tal, a escola, e a sala de aula. As escolas situam-se entre as políticas educacionais, as diretrizes curriculares, as formas organizativas do sistema e as ações pedagógico-didáticas na sala de aula. A escola é, assim, o espaço de realização tanto dos objetivos do sistema de ensino, quanto dos objetivos de aprendizagem.

Já Oliveira (2011, p. 326) chama atenção para a intenção vinculada às reformas educacionais que aconteceram no Brasil, dizendo que,

As reformas educacionais dos anos de 1990, no Brasil, tiveram como grande foco a gestão, buscaram por meio da descentralização administrativa, financeira e pedagógica promover a ampliação do acesso à educação básica no país a partir de uma lógica racional, que tinha como paradigma os princípios da economia privada.

Percebe-se, com isso, o foco apenas no acesso, esquecendo a importância de fomentar a permanência desses estudantes na escola, assim como a qualidade do ensino e a valorização do professor como profissional. Porém, é preciso refletir a respeito disso, porque o direito à educação é um exercício de cidadania, é a formação de pessoas e não apenas o fato de atingir índices estipulados. É preciso que sejam elaborados projetos que visualizem os educandos como sujeitos em processo de aprendizagem, que compreendam suas necessidades, dêem espaço

para o exercício da criatividade e de suas habilidades. Enfim, que pense e esteja de acordo com a comunidade em que está inserido.

Bordignon e Gracindo (2011, p. 149) destacam que, “pensar, pois, um processo educacional e a ação das escolas significa definir um projeto de cidadania e atribuir uma finalidade à escola que seja congruente com aquele projeto”. Reafirma-se a necessidade de articulação entre gestão e comunidade escolar. Assim, os autores afirmam também que,

A gestão democratizada da escola autônoma consiste na mediação das relações intersubjetivas, compreendendo, antes e acima das rotinas administrativas: identificação de necessidades; negociação de propósitos; definição clara de objetivos e estratégias de ação; linhas de compromissos; coordenação e acompanhamento de decisões pactuadas; mediação de conflitos, com ações voltadas para a transformação social. (Ibid, p. 164).

Outra questão levantada por Oliveira (2011) é o vínculo entre educação e desigualdade social o que leva a estratégias políticas com medidas assistencialistas por parte do governo. Surge a preocupação com a instrução da população de forma que investir na educação é também investir na evolução do país. Em relação a isso Oliveira (2008, p. 66) diz que,

A educação é assim concebida como um instrumento econômico indispensável ao desenvolvimento, ao progresso. Investir em educação equivale a investir em ‘capital humano’, já que o planejamento educacional considera o analfabetismo como responsável pelo atraso, pelo subdesenvolvimento.

Bonetti (2011, p. 213) pontua que, “[...] a escola é sempre lembrada como uma instituição encarregada da promoção da inclusão ou da diminuição da exclusão social”. O referido autor ressalta as mudanças das políticas sociais destinadas a atender as minorias, como os pobres, pois se alteram conforme as características exigidas pelo momento histórico vivenciado e pelas questões econômicas vigentes. Essas políticas são uma forma de diminuir a desigualdade social que é tão grande em nosso país e abrangem não somente os pobres, como também as pessoas com deficiência, entre outros que vivem a margem da sociedade.

Os debates que abordam as questões sobre a inclusão e suas implicações não apenas na educação, mas na sociedade em geral, levam a problematizações e a articulam com questões sociais complexas.

Isso é salientado por Veiga-Neto e Lopes (2007, p. 498),

[...] abre-se a oportunidade de problematizar várias questões sociais, culturais, políticas e pedagógicas que, de outra maneira, permaneceriam à sombra, ou seriam consideradas resolvidas ou, até mesmo, nem seriam vistas como problemáticas.

Com isso, segundo Vieira (2011), a escola que estava esquecida passa a ganhar espaço nas políticas educacionais por seu caráter de função social e de construção da cidadania. Caracteriza-se assim, a função social da escola através de intenções governamentais que visam à capacitação da população para o mercado de trabalho. Dessa forma, abrange questões que envolvem a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas e no mundo do trabalho.

Nesse sentido, Miranda (2009) afirma que ações recentes do governo visam à transformação e desenvolvimento do sistema de ensino de forma que o mesmo seja inclusivo, estão embasadas em debates que destacam a atenção a diversidade e o respeito às diferenças. Porém, Freitas (2009, p. 227) pontua que “[...] no contexto sociopolítico brasileiro, só a existência de políticas públicas não é suficiente para a implementação das ações”.

Ao sistema de ensino compete, então, formular políticas claras e decisivas em relação à inclusão, buscando aperfeiçoar os recursos da educação especial e da educação em geral para dotar as escolas de infraestrutura, equipamentos e recursos materiais e didático-pedagógicos necessários ao bom desenvolvimento das atividades escolares. (MIRANDA, 2009, p. 218).

Percebe-se que o que se tem realizado até o momento ainda é insuficiente para que haja a efetivação da educação inclusiva de qualidade. É preciso pensar nas condições existentes para colocar em prática o que está disposto nas políticas públicas, principalmente no que diz respeito à inclusão e ao papel da gestão para a efetivação delas, pois as escolas necessitam de profissionais qualificados além de recursos materiais e estruturais.

Schneider (2012, p. 93) alerta que “as políticas públicas têm muito de evoluir, mas é na implementação e no cumprimento das leis que será aprimorada a inclusão das pessoas com deficiência em todos os âmbitos sociais”. Além disso, existe a necessidade de formação dos professores constante e voltada para a realidade em que atuam para que possam atender a diversidade apresentada por seus alunos.

Para isso, é imprescindível que se conheça a comunidade escolar e que todos trabalhem em prol da educação.

Isso vem a corroborar com o que diz Paro (2008, p. 1) “a educação, entendida como emancipação humana, precisa levar em conta a condição de sujeito tanto de educandos quanto de educadores”. É necessário que se saiba compreender ambas as partes e as necessidades de cada um, o que os alunos precisam para aprender e estar incluídos e o que os professores precisam para ensinar e incluir.

É de suma importância que os professores estejam preparados e que se proporcione aos alunos experiências educacionais estimuladoras do processo de aprendizagem. Sendo a gestão articuladora dos fatores envolvidos na educação, deve buscar caminhos para planejar e agir com a participação de todos os sujeitos envolvidos. Segundo Lück (2006, p. 49),

É importante notar que a idéia de gestão educacional, correspondendo a uma mudança de paradigma, desenvolve-se associada a outras idéias globalizantes e dinâmicas em educação, como, por exemplo, o destaque à sua dimensão política e social, ação para a transformação, participação, práxis, cidadania, autonomia, pedagogia interdisciplinar, avaliação qualitativa, organização do ensino em ciclos, etc., de influência sobre todas as ações e aspectos da educação, inclusive as questões operativas, que ganham novas conotações a partir delas.

Com isso, ressalta-se o que afirma Lück (2006), a respeito da gestão educacional, esclarecendo que essa abrange tanto a gestão dos sistemas de ensino quanto a gestão escolar. E também que tem como foco a interação social, o que é de grande valia para que haja uma gestão democrática e participativa, voltada para a comunidade. Em relação a isso Paro (2008, p. 6) destaca que,

Em termos organizacionais, os mecanismos autoritários de mando e submissão devem dar lugar a processos e dispositivos que favoreçam a convivência democrática e a participação de todos nas tomadas de decisão. Nesse sentido é que devem ser implementados os conselhos escolares, os grêmios estudantis e outras formas que favoreçam a maior participação de todos os usuários e o relacionamento mais humano e mais democrático de todos os envolvidos nas atividades escolares.

Sendo assim, para que aconteça uma transformação do processo educacional é preciso que seus participantes sejam conscientes de sua responsabilidade pelo desenvolvimento e resultado atingidos. Dessa forma, mostra-se que a realidade educacional é dinâmica e complexa, e com a descentralização é possível melhor atender todas as ações necessárias para o seu desenvolvimento.

Sobre a inclusão é preciso ter consciência de que é uma garantia constitucional e que a gestão educacional tem papel de proporcionar da melhor forma possível esse processo aos seus alunos. Uma gestão que trabalha para que a inclusão de fato aconteça estará colaborando para o exercício da cidadania, o que possibilita refletir que,

Portanto, a inclusão e a cidadania são temas que se complementam mutuamente. Os avanços que aquela proporciona são legitimados por esta. A educação, então, pode ser a instância em que os valores vigorosos criados pela cultura e pelo conhecimento dão lugar não somente à inclusão de pessoas com deficiência, mas também ao exercício da cidadania e da alteridade. (CAMPOS, 2009, p. 56).

Além disso, é necessário salientar a importância da participação dos diferentes segmentos da educação na gestão. Percebe-se que ainda há muito que se trabalhar com a comunidade em seu todo para a valorização da educação e que só com o trabalho, contribuição e empenho de todos é que alcançaremos uma educação de qualidade. Segundo Campos (2009, p. 52),

A inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, essa reformulação tem por objetivo assegurar que todos os alunos possam ter acesso à vasta gama de oportunidades sociais e educacionais que a escola pode oferecer, impedindo assim a segregação e o isolamento.

Para que a inclusão aconteça é necessário que ela faça parte dos objetivos da escola, pois não basta ser instituída por Lei, tem que fazer parte da prática, estar presente nas relações sociais estabelecidas dentro do ambiente escolar e também fora dele. A gestão, em sua prática e organização, precisa pensar na educação que pretende proporcionar aos seus alunos. Libâneo, Oliveira e Toschi (2005, p. 266) ainda destacam que, “[...], é preciso refletir sobre o sentido da escola inclusiva e de todas as diferenças que ela deve abarcar”. Isso se confirma também de acordo com o que é alegado por Veiga-Neto e Lopes (2007, p. 498),

Vive-se um momento em que, na maioria dos acalorados debates sobre o assunto, sobram opiniões e posicionamentos políticos, mas faltam clareza e objetividade sobre aquilo que é dito. Isso é assim não apenas porque a inclusão é um tema que só recentemente entrou na agenda das políticas públicas, mas, também, porque, sob essa palavra, coloca-se em jogo um intrincado conjunto de variáveis sociais e culturais que vão desde princípios e ideologias até interesses e disputas por significação.

O censo de responsabilidade e a necessidade de se colocar em prática aquilo que está previsto nas políticas públicas são fatores relevantes para que o processo

de ensino tenha qualidade e para que a inclusão possa ser uma realidade. Referente a isso, Schneider (2012, p. 41), diz que “os projetos governamentais e civis são fundamentais para a inclusão, mas não podem ficar no papel, precisam ser implementados”.

Para que isso se efetive de forma democrática é necessário o envolvimento de toda a comunidade, pois, o sistema de ensino está relacionado a fatores políticos e sociais. Dessa forma, “a sociedade precisa apresentar um olhar de acolhida aos indivíduos”. (Ibid., p. 42).

As relações sociais estão em constante mudança, o movimento de inclusão e compreensão das diferenças tem contribuído para uma sociedade que procura olhar para o outro e respeitá-lo da forma como ele é. Sobre isso, ainda é necessário caminhar e refletir muito, mas os passos a caminho de uma sociedade inclusiva já iniciaram.



**Terceira Parte**

---

#### **4. ANALISANDO QUESTÕES REFERENTES À GESTÃO, À INCLUSÃO E AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Esta pesquisa teve como finalidade abordar sobre a Gestão Educacional a partir do viés do processo de inclusão de alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional. O problema de pesquisa ficou assim delimitado: como a gestão educacional organiza o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional. O objetivo geral pretendeu investigar como a gestão realiza o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional.

Na intenção desta pesquisa, estavam previstas entrevistas semiestruturadas com a professora regente da turma em que o aluno com deficiência estava matriculado e com a educadora especial da escola, porém ambas não aconteceram. Isso por que a escola não tinha uma educadora especial e a professora regente da turma não concordou em ceder entrevista, mas sim apenas permitiu que a pesquisadora realizasse observações em sua sala de aula.

A entrevista 1 foi realizada com a Professora M. que é supervisora da escola – a qual será assim identificada ao longo desse texto (Professora M). Para realizar a entrevista, ocupou-se o espaço da sala de informática, sendo que a entrevista ocorreu tranquilamente e a professora respondeu abertamente aos questionamentos.

A entrevista 2 foi realizada com a diretora - que aqui será identificada como Diretora D.. A entrevista também aconteceu na escola, no espaço da secretaria, que também é sala da direção. Logo, esse é um espaço bastante movimentado e com trânsito frequente de profissionais e alunos que compõem a instituição. Nesse sentido, em alguns momentos, foram necessárias pausas para a diretora atender tanto professores quanto alunos. Fora essas interrupções, a diretora respondeu abertamente aos questionamentos e fez a solicitação para que ela mesma fizesse a leitura das questões e, a partir disso, fosse respondendo às perguntas previamente estabelecidas no roteiro da entrevista semiestruturada. A pesquisadora não se opôs e atendeu a solicitação da participante.

A entrevista 3 foi realizada com a Equipe Técnica da instituição de acolhimento que é composta pela assistente social e a psicóloga. Ao longo do texto,

as duas profissionais serão identificadas como “Equipe Técnica”, já que elas responderam à entrevista de forma conjunta. É importante destacar que, no dia em que a entrevista foi agendada, a Equipe Técnica solicitou uma conversa prévia sobre as questões da entrevista, para que elas tivessem um maior esclarecimento sobre as mesmas. Após esse diálogo, solicitaram que suas colaborações fossem enviadas por e-mail.

Diante da possibilidade de realizar uma ampla exploração dos dados coletados nessa pesquisa, optou-se pela Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), pois essa é uma técnica muito utilizada em pesquisas qualitativas. A partir disso, as seguintes categorias de análise foram levantadas: Categoria 1 – Inclusão Escolar; Categoria 2 – Gestão Educacional; Categoria 3 – Acolhimento Institucional. A seguir, essas categorias foram descritas e analisadas a partir do referencial teórico que embasou esta pesquisa.

### **Categoria 1 – Inclusão Escolar**

A partir dessa categoria, emergiu a unidade de análise 1 – Desafios frente à inclusão. Sobre esse aspecto, observou-se, na entrevista, que a escola enfrenta diversos desafios para tentar realizar a inclusão de seus alunos, isso pode ser verificado a partir do relato da Professora M. que afirma: “não temos recursos específicos para os alunos inclusos. [...]. A escola não tem sala de recursos multifuncionais e nem educadora especial” (Entrevista semiestruturada com a Professora M.).

A fala da Diretora D., além de reafirmar o que a Professora M. relata, ainda ressalta a falta de espaço físico da escola, caso venha a receber uma sala de recursos multifuncional. “É, espaço tá curto, dá para perceber que não tem espaço. Vê aqui a gente tem a secretaria, a sala da direção, é tudo! Então, não se tem espaço físico, nem pessoal habilitado para fazer esse acompanhamento” (Entrevista semiestruturada com a Diretora D.).

Ainda sobre essa dificuldade que a escola tem em relação a recursos para realizar a inclusão dos alunos a Diretora D., relata que “se tivesse espaço e as pessoas adequadas para trabalhar seria bem mais tranquilo para todo mundo. Tanto para os alunos que precisam como para nós professores, seria bem melhor” (Entrevista semiestruturada com a Diretora D.).

Diante dessa dificuldade da escola, fica explícita a necessidade de reestruturação das escolas tanto no sentido de aspectos profissionais como estruturais ressaltados por Campos (2009). Percebe-se que não basta apenas a inclusão fazer parte dos objetivos da escola e estar instituída por Lei. A Professora M., consciente disso, expõe o que sente em relação à inclusão e os desafios que encontra na escola dizendo que,

“Eu sinto assim, que a exclusão dessas pessoas não é culpa da escola, nunca foi culpa da escola. Agora se a escola tiver um amparo, amparo legal existe, mas, se tiver estrutura física, recursos humanos, pode ter atendimento, eles podem com certeza ficar na mesma sala de aula desde que tenham um monitor, um professor, para dar o aporte necessário para as atividades que essa criança precisa porque se ele é incluso, se ele não consegue acompanhar as atividades propostas para a turma regular, ele precisa ter um atendimento diferenciado” (Entrevista semiestruturada com a Professora M.)

Para elucidar um pouco do que ela relatou, a professora ainda comenta a situação em sala de aula comum que tem um aluno incluído e que vive em situação de acolhimento institucional, que acontece da seguinte maneira,

“Ela passa o trabalho para ele, mas, não consegue sentar e ficar ao lado dele, isso ocorre que algumas colegas disponíveis sentam, ajudam auxiliam, mas, mais do que isso nós não estamos tendo condições de fazer. Ele necessitaria de apoio constante com materiais básicos que a escola não disponibiliza” (Entrevista semiestruturada com a Professora M.).

A situação mencionada pela Professora M. foi, em partes, visualizada pela pesquisadora em suas observações em sala de aula. A professora da sala comum tem muitas dificuldades para atender o aluno incluído e propor atividades a ele; porém, nos momentos de observação, não se presenciou as colegas auxiliando o aluno. A professora da sala comum propõe ao aluno incluído atividades como, por exemplo, de pintar, seguir os pontilhados e recortar. Em todas as observações realizadas, o aluno tinha os mesmos modelos de atividades para fazer, sendo que a professora fazia uma explicação e demonstração do que era para ser feito e depois passava, de vez em quando, em sua classe para ver se o aluno estava fazendo.

Nesse sentido, o que se percebe é que a professora não dedicava atenção suficiente ao seu aluno de acordo com suas reais necessidades. Além disso, não se preocupava em elaborar atividades diferenciadas a ele, seguindo o padrão que estabeleceu de atividades de pintar, recortar e colar, mesmo percebendo que o aluno não gosta, não faz e não se sente à vontade com aquilo.

Outra questão observada é que a professora da sala comum apresentava dificuldades para atender o aluno conforme a necessidade dele: ela chegava no início da aula, encaminhava as atividades com a turma enquanto ele ficava sentado esperando. Depois disso, a docente ia até o aluno, entregava e explicava a atividade dele e logo se afastava. Enquanto os alunos copiavam do quadro ou faziam suas atividades, a professora ficava sentada em sua classe e passava, eventualmente, nas classes dos alunos para ver se eles estavam fazendo o que foi proposto. Dessa forma, ela não dedicava um tempo em sala de aula para atender especificamente o aluno incluído.

Percebe-se que falta orientação à professora por parte de um profissional especializado, para que possa ser realizado um planejamento adaptado à realidade da sala de aula em que se encontra. Assim, seria possível atender as necessidades de seus alunos e desenvolver atividades mais significativas para os alunos.

Para que a inclusão seja uma prática constante na realidade vivenciada, há a necessidade de sempre refletir sobre o sentido dessa proposta assim como afirmam Libâneo, Oliveira e Toschi (2005). Logo, o que se percebe na situação acompanhada é que a professora de sala comum fica presa às dificuldades em realizar a inclusão do aluno e deixa de pensar em outras possibilidades.

Buscar compreender as diferenças, ser acessível e inclusiva são aspectos importantes na atualidade para qualquer escola e para a atuação dos professores, pois,

É na relação de parceria, de ajuda e de cuidados que as relações de pertencimento e de estabelecimento de vínculos se estabelecem. Lançando-se um olhar sobre a questão específica da pessoa com deficiência, é possível perceber que muitas conquistas e muitos passos foram dados no sentido de melhorar e aproximar as pessoas dentro da sociedade (SCHNEIDER, 2012, p. 37).

Em relação ao caso do aluno acompanhado na pesquisa, o qual apresenta déficit cognitivo e que vive em situação de acolhimento institucional a Professora M. destaca que

“Ele foi sendo empurrado e ele não conseguiu vencer nada, tanto que ele não consegue reconhecer as letras do próprio nome, nem as vogais, a motricidade dele não foi trabalhada. Então, ele tem muitas lacunas que ele foi mudando de turma, mas a aprendizagem não acompanhou, é bem complicado! [...] quanto mais ele vai amadurecendo ele vai ter outros interesses e a aprendizagem não vai mais ser prioridade para ele” (Entrevista semiestruturada com a Professora M.)

Nessa fala, além do desafio frente à inclusão, destaca-se um ponto crítico que é em relação à defasagem idade série, pois a aprendizagem do aluno encontra-se em nível anterior. Esse fato gera preocupação também com relação ao futuro escolar dele que percebe a diferença entre suas atividades e as dos colegas.

Nesse sentido, fica explícita a importância da formação dos professores para a inclusão e que recebam o suporte necessário para que possam realizá-la. Nas entrevistas, as duas professoras relatam sobre cursos de formação de professores e destacam que o tema da inclusão está sempre presente nas discussões. Não obstante, sobre acolhimento institucional, do qual vêm vários dos alunos atendidos na escola, há relatos de que há uma defasagem. A Diretora D. afirma que:

“Nós tivemos assim, um certo preparo fora daqui, com formações e a própria Secretaria se preocupou no momento que virou Lei e que começou. [...] O tema inclusão ele tá sempre junto, é um dos que tem que tá presente. [...] esses cursos de inclusão [...] é tem muita coisa assim, que a gente adapta ao nosso dia a dia, mas outras completamente fora da nossa realidade. [...] E o nosso Sindicato também investe muito [...]” (Entrevista semiestruturada com a Diretora D.).

Já a Professora M., que corrobora com o que foi dito pela Diretora D., enfatiza sobre a formação em relação ao acolhimento institucional e destaca que boa parte do que sabe foi por buscar informações por conta própria. Ela diz que “nós nunca tivemos assim, alguém especificamente que tenha vindo falar sobre a [CITOU O NOME DA INSTITUIÇÃO], qual é a sua função, qual o objetivo, como as crianças são acolhidas” (Entrevista semiestruturada com a Diretora D.)

Sobre a formação continuada de professores, Scheibe (2010, p. 988) comenta que há “a necessidade de avançar no sentido de uma formação voltada para o modelo pedagógico-didático dos professores, como forma de combater a exclusão”. A formação continuada dos professores é importante, pois pode fornecer os subsídios que os mesmos necessitam para qualificar a sua atuação, oportunizar momentos de discussão sobre a prática docente e voltar o olhar para como sua prática tem se refletido no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

## **Categoria 2 – Gestão Educacional**

A partir dessa categoria, emergiu a unidade de análise 2 – Entraves entre gestão e inclusão. Sobre esse aspecto, observou-se nas entrevistas realizadas que a direção da escola se sente muito pressionada em vários aspectos que envolvem

tanto a inclusão como assuntos mais administrativos. Isso acontece tanto por parte de seus superiores como pela Secretaria de Educação como por parte dos colegas professores.

A Diretora D. comenta que, mesmo com todas as dificuldades, a escola procura fazer os encaminhamentos que os alunos necessitam, procura trabalhar com os professores para que possam realizar um trabalho motivador com os alunos, mas que é muito difícil. Ela enfatiza:

“eu não posso dizer ah não tenho pessoal, não tenho espaço. Não posso pensar assim, eu tenho que trabalhar com aquilo que eu tenho de uma maneira ou de outra. [...] Nunca é um dia igual ao outro, sempre tem novidades e a gente tem que se ajudar enquanto colegas também para nós é uma pressão muito grande. É cobrança para todos os lados. [...] Então, assim, é difícil [...] eu sempre comparo aqui a um jogo, no momento que tu tirar uma peça tu não vai concluir, a escola é mais ou menos assim” (Entrevista semiestruturada com a Diretora D.)

Lück (2006) destaca a importância de uma gestão democrática que estabelece um trabalho em conjunto, que valorize a sua comunidade. O que se percebe é que, embora a escola tenha uma postura de gestão democrática, as professoras que fazem parte da direção da escola sentem-se pressionadas por cobranças que vêm de diversos segmentos; todavia, os mesmos que pressionam e que fazem cobranças são aqueles que deveriam dar apoio, trabalhar juntamente a elas. Não basta apenas fazer cumprir o que é disposto em Lei, mas sim realizar o trabalho com qualidade constituindo uma escola que compreenda e atenda os seus alunos de forma a garantir não apenas o acesso, como também a permanência e a conclusão.

Diante do fato de que a escola não tem sala de recursos multifuncional e nem educadora especial e, por isso, não tem como realizar o atendimento educacional especializado (AEE), a Professora M. comenta sobre a orientação que a escola recebeu para tentar suprir essa falta. Ela relata que “a orientação que nós temos da própria Secretaria é que quando nós tenhamos algum aluno incluso que necessite de atendimento, que se encaminhe para a escola que tem AEE mais próxima” (Entrevista semiestruturada com a Professora M.).

Em relação a isso, a Diretora D. afirma que

“só que a demanda tá presente, ela tá surgindo e a gente tá percebendo a cada dia que passa que tem necessidade sim, que eu não posso tá mandando os meus alunos lá para a outra escola X para resolver. Eu tenho que resolver aqui dentro com eles, [...] crescer aqui dentro da escola” (Entrevista semiestruturada com a Diretora D.).

A direção da escola é consciente de que não é a melhor atitude encaminhar os seus alunos para ter atendimento na escola mais próxima e que fica no bairro vizinho. Porém, a própria Secretaria de Educação não dá o suporte necessário e fica transferindo o problema para terceiros.

Sobre a inclusão e a prática na sala de aula, a Professora M. coloca o seu posicionamento dizendo que,

“atender um por um nas suas especificidades de acordo com o interesse e com a necessidade do aluno é difícil, é muito difícil, isso é uma utopia e a nossa educação caminha como se todos fossem iguais numa sala fechada, com uma pessoa só tentando dar aula com quarenta” (Entrevista semiestruturada com a Professora M.).

Segundo Tezani (2010), a construção da escola inclusiva tem como uma das responsáveis a gestão escolar. A autora também afirma que é preciso um olhar diferenciado para o currículo escolar e investir na formação dos professores. No entanto, precisa-se compreender que para a construção da escola inclusiva ainda é necessário o envolvimento de vários outros setores como Secretarias de Educação e comunidade escolar.

A escola não enfrenta entraves apenas em questões profissionais e estruturais, mas também atitudinais e que, mesmo não envolvendo diretamente os alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional, interferem na ação da gestão e na promoção da inclusão.

A Diretora D. relata um fato que aconteceu na escola referente aos alunos que vivem em situação de acolhimento institucional: “ano passado aconteceu de uma mãe tirar a menina dela daqui declaradamente porque na sala de aula da filha tinha os meninos da [CITOU O NOME DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO] é então assim, isso é muito difícil para a gente administrar” (Entrevista semiestruturada com a Diretora D.)



Além disso, muitos pais não participam ativamente da educação dos filhos relegando suas incumbências à escola, o que é relatado da seguinte forma pela Professora M.:

“[...] As nossas crianças estão vindo além da questão da deficiência na aprendizagem e outros transtornos, eles estão vindo com falta de limites e está sobrando para a escola dar os limites. Além da educação formal, trabalhar com a formação de caráter, personalidade e aí incluir valores e virtudes [...] E tem que fazer o papel da família. É muitas vezes a família está se tornando omissa, está passando para nós essa responsabilidade e nem sempre estamos conseguindo dar conta” (Entrevista semiestruturada com a Professora M.).

Vieira (2011) destaca a função social da escola, a qual promove a construção da cidadania e Paro (2008) salienta que é preciso levar em consideração as condições tanto dos educandos como dos educadores. Uma escola para desenvolver um trabalho educacional de sucesso que atenda as necessidades de seus alunos, que proporcione atividades estimulantes, necessita do envolvimento de toda a sua comunidade escolar, pais, alunos, professores, funcionários e também de apoio de outros segmentos como a Secretaria de Educação que é sua mantenedora. Apenas com trabalho em conjunto é que os entraves poderão ser minimizados.

### **Categoria 3 - Acolhimento Institucional**

A partir dessa categoria, emergiu a unidade de análise 3 – Articulação entre escola e instituição de acolhimento. Sobre esse aspecto, observou-se, nas entrevistas realizadas, que ambas as instituições procuram manter-se informadas uma sobre a outra. Não obstante, na escola, o que se sabe sobre a instituição de acolhimento é mais restrito e isso fica explícito na fala da Professora M. que diz: “seria interessante que nós tivéssemos, assim, maiores esclarecimentos [...] dos próprios dirigentes sobre o papel”.

Sobre a questão de que, se as crianças que tem alguma deficiência e vivem em situação de acolhimento institucional recebem algum atendimento específico, a Equipe Técnica informou que faz encaminhamentos conforme a necessidade de cada um. Isso acontece por meio de uma rede de diversos centros de atendimentos especializados e profissionais como das áreas da saúde e educação. Essa rede é prevista pelo documento Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) que define da seguinte forma,

Os Serviços de Acolhimento integram o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo interface com outros serviços da rede socioassistencial, quanto com demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Sua atuação deve basear-se no princípio da incompletude institucional, não devendo ofertar em seu interior atividades que sejam da competência de outros serviços. A proteção integral a que têm direito as crianças e os adolescentes acolhidos deve ser viabilizada por meio da utilização de equipamentos comunitários e da rede de serviços local (BRASIL, 2009, p. 37).

Além disso,

é importante que esta articulação proporcione o planejamento e o desenvolvimento conjunto de estratégias de intervenção, sendo definido o papel de cada instância que compõe a rede de serviços local e o Sistema de Garantia de Direitos, na busca de um objetivo comum (Ibid, p. 37-38).

Em relação aos recursos disponíveis na escola, a Equipe Técnica da instituição de acolhimento comenta que,

“Recursos quanto aos atendimentos a Escola não possui. Porém a mesma entra em contato com a equipe técnica (Assistente Social/Psicóloga) para verificar os serviços que a criança está frequentando, bem como de ver estratégias em conjunto para encaminhamento, conforme as necessidades apresentadas” (Entrevista semiestruturada com a Equipe Técnica).

Sobre receber alunos que vivem em situação de acolhimento e que têm alguma deficiência, a Professora M. diz que, todos os anos, a escola recebe alunos da instituição de acolhimento e que atende conforme as condições disponíveis, contando com o auxílio da própria instituição de acolhimento. A Equipe Técnica diz que a relação entre a escola e a instituição de acolhimento acontece “[...] através de reuniões, contato telefônico e a articulação frente aos casos”.

A articulação dos serviços de acolhimento com o sistema educacional é fundamental, pois a escola constitui importante instrumento para assegurar o direito à convivência comunitária de crianças e adolescentes. [...] Assim, os serviços de acolhimento devem manter canais de comunicação permanentes com as escolas onde estejam matriculadas as crianças e os adolescentes acolhidos, de modo a possibilitar o acompanhamento de seu desempenho escolar (BRASIL, 2009, p. 41).

A Equipe Técnica relata que percebe que “a recepção da escola frente aos alunos que vivem em situação de vulnerabilidade social é com um pouco de receio diante aos desafios dos casos”.

Além disso, a Equipe Técnica salienta que

“A escola trabalha no sentido de dar mais atenção para as crianças e adolescentes que são considerados pessoas com deficiência no processo de aprendizagem e sempre que possível fazem a articulação com a equipe técnica para fazer reuniões e discutir sobre os casos” (Entrevista semiestruturada com a Equipe Técnica).

A Professora M. e a Diretora D. ressaltam que a escola procura atender da melhor forma possível a todos os seus alunos sem fazer distinção dentro de suas condições, considerando todas as limitações existentes na escola que já foram anteriormente citadas. E comentam que sentem dificuldade ao abordar o tema “família” na escola e que tomam alguns cuidados para isso. A Diretora D. comenta que:

“Até essa questão da mãe aqui [...] é bem complicada para a gente trabalhar, então, sempre quando se coloca, a pessoa que tá no lugar dela, tem que usar isso porque muitos [...] não moram com a mãe e colocar pra eles que todos tem uma mãe, tiveram e que às vezes não tá junto com a gente, mas que tem a pessoa que tá lá do teu lado, ali te ajudando” (Entrevista semiestruturada com a Diretora D.)

Já em relação à instituição de acolhimento, a Diretora D. relata que:

“É uma situação que eu penso assim, que bom que tem. Até ano passado surgiu uma questão de que iam fechar e não sei o que e eu fiquei muito preocupada e pensava nossa! Como que vai ficar o fulaninho? Como que vai ficar porque pra nós ia ser difícil também e imaginar onde eles poderiam estar e em que realidade que eles podem estar se encontrando” (Entrevista semiestruturada com a Diretora D.)

Durante as observações realizadas, percebeu-se que tanto a Diretora D. quanto a Professora M. têm interesse em saber mais sobre a instituição de acolhimento, procuram dar apoio aos alunos provenientes de lá e são bastante preocupadas com o futuro dos alunos. Elas procuram orientá-los, conversar e incentivar que estudem, pois acreditam que essa é a maneira de eles terem um futuro melhor.

Particularmente no caso de crianças que vivem em situação de acolhimento institucional e que são parte do público da escola que integra essa pesquisa, as questões familiares são mais complexas, pois são crianças que foram afastadas de

suas famílias, de suas casas. Sousa e Casanova (2011) afirmam que, por melhores que sejam as instituições de acolhimento, elas não fazem o papel da família.

Por serem provenientes de famílias que não têm condições de criá-los, educá-los, com problemas que envolvem abandono, descaso, maus tratos e uso de drogas entre outros tantos, essas crianças têm, na instituição de acolhimento e na escola, os espaços para aprenderem a ser cidadãos, a respeitar o próximo e para receber e dar carinho. Por isso, também, é tão importante que ambas as instituições se mantenham articuladas para desenvolver trabalhos em conjunto em prol dessas crianças.

## 5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA REFLETIR

Nesta pesquisa, considerou-se a Gestão Educacional pelo viés do processo de inclusão de alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional. O problema de pesquisa foi: como a gestão educacional organiza o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional?

Para encaminhar o estudo, o objetivo geral foi o de investigar como a gestão realiza o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional. Quanto aos objetivos específicos, o primeiro pretendia verificar de que forma a gestão escolar organizou o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional. A partir dos dados coletados, verificou-se que a escola organiza, de forma limitada, a inclusão dos alunos com deficiência e que vivem em situação de acolhimento institucional, pois faltam recursos como estrutura e profissionais especializados. A respeito da articulação entre gestão educacional e a inclusão, chega-se à conclusão de que ainda há muito que ser feito e debatido. O processo de inclusão é lento, as adaptações ocorrem conforme as escolas têm possibilidades e apoio que recebem. Percebe-se o papel fundamental exercido pela gestão nessa articulação.

O objetivo seguinte buscou pesquisar como aconteceu o processo de inclusão de alunos com deficiência que vivem em situação de acolhimento institucional. Nesse sentido, observou-se e identificou-se que, em sala de aula, predominam as dificuldades em fazer acontecer a inclusão e que a professora de sala comum fica presa às dificuldades e não procura novas possibilidades. Assim, destaca-se a necessidade de formação para professores, de maior envolvimento e comprometimento da sociedade com a educação. É importante que se reflita a respeito da situação apresentada para que se siga lutando por melhorias no sistema de ensino para que se possa realizar um trabalho de melhor qualidade, tornando a nossa educação inclusiva de fato.

O último objetivo específico pretendia analisar as concepções dos professores do ensino comum a respeito da inclusão escolar de alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional. Após a coleta dos dados, foi possível verificar que os professores têm concepções diversas a respeito da inclusão desses alunos. Alguns acreditam que, mediante maior apoio, recursos e profissionais especializados, a inclusão poderá acontecer de forma efetiva, outros acham que

seria melhor que esses alunos tivessem alguém lhes acompanhando em tempo integral em sala de aula, tirando do professor regente o compromisso de fazer o acompanhamento direto também a esse aluno. É importante ressaltar que, esse último objetivo, poderia ter sido discutido de forma mais ampla, pois se esperava contar com a entrevista da professora responsável pela sala de aula frequentada pelo aluno com déficit cognitivo. No entanto, como a docente não aceitou responder a entrevista, os dados foram analisados a partir da visão da Professora M. e da Diretora D. e também das observações realizadas no ambiente escolar.

É necessário que se acompanhe os movimentos que influenciam a educação, assim como ter conhecimento a respeito dos fatores políticos e sociais que estão relacionados ao sistema de ensino. Os debates que seguem nesse viés ainda serão longos e aprofundados mobilizando e problematizando questões políticas, pedagógicas e sociais.

Ao realizar esta pesquisa ficou evidenciado o despreparo dos professores para atender aos alunos incluídos e a necessidade de ampliação da formação de professores de forma que possam relacionar os estudos teóricos com a prática desenvolvida por eles. Também há necessidade de maior apoio às escolas tanto por parte da comunidade escolar, os próprios professores e funcionários que compõe o quadro de pessoal da escola como da Secretaria de Educação.

Ao se propor que uma escola encaminhe seus alunos para frequentar o AEE em uma escola próxima, deve-se viabilizar o acesso desse aluno até esse lugar. E quando não há uma escola próxima que possa realizar os atendimentos, outras providências devem ser tomadas buscando eliminar as barreiras existentes para que esses alunos tenham os atendimentos aos quais tem direito.

Além disso, essa escola tem a peculiaridade de atender alunos que vivem em situação de acolhimento institucional e os seus professores não tem conhecimento sobre essa realidade. O que eles sabem é que essas crianças estão em situação de acolhimento na instituição que fica próxima da escola, porém, essa realidade gera implicações no processo de aprendizagem, na convivência no espaço escolar e os professores precisam conhecer a circunstâncias em que se encontram esses alunos para poder melhor atendê-los.

Diante disso, a partir da realização da pesquisa, confirmou-se a necessidade de se aprofundar estudos que abordem a relação entre a gestão educacional e a inclusão de crianças com deficiência que estão em situação de acolhimento

institucional. Dessa forma, o que fica evidente é a necessidade de se ampliar estudos acerca das crianças em situação de acolhimento institucional com ênfase nas crianças com deficiência sobre as quais as pesquisas são mais escassas.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro, Edições 70, 1977.

BISSOTO, M. L. Educação inclusiva e exclusão social. In: **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 45, p. 91-108, jan./abr. 2013 Santa Maria. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>. Acesso em: 2 de dezembro de 2013.

BONETTI, L. W. As políticas educacionais, a gestão da escola e a exclusão social. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S.(org.). **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 2 de janeiro de 2014.

———. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 3 de maio de 2014.

———. **Decreto nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em: 2 de janeiro de 2014.

———. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. 2009. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes\\_tecnicas\\_final.pdf/](http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes_tecnicas_final.pdf/)>. Acesso em: 25 de maio de 2014.

BORDIGNON, G.; GRACINDO, R. V. Gestão da educação: o Município e a Escola. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2011.



CAIADO, K. R. M. Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiências: destaques para o debate sobre a educação. In: **Revista Educação Especial**, v. 22, n. 35, p. 329-338, set./dez. 2009, Santa Maria. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>. Acesso em: 2 de dezembro de 2013.

CAMPOS, C. A. **Esperanças Equilibristas**: a inclusão de pais de filhos com deficiência. Curitiba: Juruá, 2009.

CARVALHO, E. N. S. Educação especial e inclusiva no ordenamento jurídico brasileiro. In: **Revista Educação Especial**, v. 26, n.46, p. 261-276, mai./ago 2013. Santa Maria. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>. Acesso em: 2 de dezembro de 2013.

CHIZZOTTI, A **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREITAS, S. N. O direito à educação para a pessoa com deficiência: considerações acerca das políticas públicas. In: BAPTISTA, C. R.; JESUS, D. M. (org.). **Avanços em políticas de inclusão**: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países. Porto Alegre: Mediação, 2009.

GARCIA, R. M. C. Política de educação inclusiva e trabalho pedagógico: uma análise do modelo de educação especial na educação básica. In: BAPTISTA, C. R.; JESUS, D. M. de (org.). **Avanços em políticas de inclusão**: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países. Porto Alegre: Mediação, 2009.

GIBBS, G. **Análise de Dados Qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLIN, G.; BENETTI, S. P. C. Acolhimento Precoce e o Vínculo na Institucionalização. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. jul./set. 2013, vol. 29 n. 3, p. 241-248. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v29n3/v29n3a01.pdf>>. Acesso em: 7 de dezembro de 2013.

GUERREIRO, E. M. B. R. A acessibilidade e a Educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. In: **Rev. Educ. Espec.**, Santa Maria, v. 25, n. 43, p. 217-232, maio/ago. 2012 Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>. Acesso em: 2 de dezembro de 2013.

KASSAR, M. C. M. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. In: **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.17, p.41-58, mai./ago., 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382011000400005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382011000400005&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 2 de dezembro de 2013.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2005.

LÜCK, H. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

———. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

MARINS, S. C. F.; MATSUKURA, T. S. Avaliação de políticas públicas: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino fundamental das cidades-pólo do estado de São Paulo. In: **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.15, n.1, p.45-64, jan./abr. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141365382009000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382009000100005)>. Acesso em: 1 de dezembro de 2013.

MIRANDA, T. G. Gestão da educação em atenção às necessidades especiais: entre o discurso oficial e o discurso do professor. In: BAPTISTA, C. R.; JESUS, D. M. de (org.). **Avanços em políticas de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

NEGRINI, T.; COSTA, L. C.; ORTIZ, L. C. M.; FREITAS, S. N. Acessibilidade na agenda da inclusão social e educacional. **Rev. Educ. Espec.**, Santa Maria, v. 23, n. 37, p. 287-298, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>. Acesso em: 2 de dezembro de 2013.

OLIVEIRA, D. Educação e Planejamento: A Escola como Núcleo da Gestão. In: OLIVEIRA, D. **Gestão Democrática da Educação**. Ed. Cortez, 2008.

———. Das Políticas de Governo à Política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr.-jun. 2011. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 9 de setembro de 2013.

OLIVEIRA, S. V.; PRÓCHNO, C. C. S. C. A Vinculação Afetiva para Crianças Institucionalizadas à Espera de Adoção. In: **Psicologia Ciência e Profissão**, 2010, 30 (1), 62-84. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S141498932010000100006&script=sci\\_abstract](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S141498932010000100006&script=sci_abstract)>. Acesso em: 7 de dezembro de 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. United Nation Information, 1948. Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)>. Acesso em: 2 de janeiro de 2014.

———. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 09 de novembro de 1975. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 2 de janeiro de 2014.

PARO, V. H. Política Educacional e Prática de Gestão Escolar. In: **SIMPÓSIO INTERNACIONAL, 2.. FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO**, 5.. 2008, Torres, Anais eletrônicos... Torres: ULBRA, 2008. Disponível em: <<http://www.arturmotta.com/wp-content/uploads/2012/08/texto-2-politicaeducacional-e-pratica-da-gestao-escolar.pdf>>. Acesso em 4 de janeiro de 2014.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C. et al. Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas. In: **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010279722012000200021&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010279722012000200021&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 26 de dezembro de 2013.

SALINA-BRANDÃO, A.; WILLIAMS, L. C. A. O abrigo como fator de risco ou proteção: avaliação institucional e indicadores de qualidade. In: **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 22, n. 3, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010279722009000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010279722009000300003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 26 de dezembro de 2013.

SCHNEIDER, L. A. O sujeito com deficiência no contexto das relações sociais. In: LIPPO, H. (org.). **Sociologia da acessibilidade e reconhecimento político das diferenças**. Canoas: Ed. ULBRA, 2012.

———. Acessibilidade e Políticas Públicas. In: LIPPO, H. (org.). **Sociologia da acessibilidade e reconhecimento político das diferenças**. Canoas: Ed. ULBRA, 2012.

SHEIBE, L. Valorização e formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo Plano Nacional de Educação. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 31, n 112, p. 981 – 1000, jul.-set. 2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 30 de outubro de 2013.

SILVA, C. L.; LEME, M. I. S. O Papel do Diretor Escolar na Implantação de uma Cultura Educacional Inclusiva. In: **Psicologia Ciência e Profissão**, 2009, 29 (3), 494-511. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n3/v29n3a06.pdf>>. Acesso em: 7 de dezembro de 2013.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. Crianças e Adolescentes Institucionalizados: Desempenho Escolar, Satisfação de Vida e Rede de Apoio Social. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, jul./set 2010, vol. 26 n. 3, p. 407-415. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n3/a03v26n3.pdf>>. Acesso em: 2 de dezembro de 2013.

SOUZA, H. P. de. CASANOVA, R. P. de S. **Adoção**: o amor faz o mundo girar mais rápido. Curitiba: Juruá, 2011.

SOUSA, K. K.; PARAVIDINI, J. L. L. Vínculos entre Crianças em Situação de Acolhimento Institucional e Visitantes da Instituição. In: **Psicologia Ciência e Profissão**, 2011, 31 (3), 536-553. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v31n3/v31n3a08.pdf>>. Acesso em: 2 de dezembro de 2013.

TEZANI, T. C. R. Gestão escolar: a prática pedagógica administrativa na política de educação inclusiva. In: **Educação**, Santa Maria, v. 35, n. 2, p. 287-302, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacao>>. Acesso em: 2 de dezembro de 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca-Espanha: 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 2 de janeiro de 2014.

———. **Declaração mundial sobre educação para todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990.

VASCONCELOS, E. M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2002.

VEIGA-NETO, A. LOPES, C. M. Inclusão e Governamentalidade. In: **Revista Educação e Sociedade**. vol. 28 n. 100, 2007.

VIEIRA, S. L. Escola – Função Social, Gestão e Política Educacional. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2011.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução Ana Thorell, Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZEPPONE, R. M. O. **A conferência mundial de educação para todos e a declaração de Salamanca**: alguns apontamentos. In: Rev. Educ. Espec., Santa Maria, v. 24, n. 41, p. 363-376, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>. Acesso em: 2 de dezembro de 2013.

## **Apêndices**

---

## Apêndice A – Roteiros das Entrevistas

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**Roteiro de Entrevista**

**Para direção e supervisão da escola**

- 1) Que recursos a escola tem disponíveis para atender os alunos incluídos?
- 2) Como a escola tem organizado o processo de inclusão?
- 3) Como é a relação entre a escola e a instituição de acolhimento?
- 4) A escola sente alguma diferença ao atender alunos que vivem em situação de acolhimento institucional? Como? E no caso do aluno incluído em situação de acolhimento institucional há algum fator diferencial?
- 5) Os professores da escola já passaram por algum tipo de formação continuada sobre Educação Especial? E sobre crianças em situação de acolhimento institucional? Quais?

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**Roteiro de Entrevista**

**Para representantes da Instituição de Acolhimento**

- 1) Que recursos você sabe que a escola tem disponíveis para atender os alunos incluídos?
- 2) Como a escola tem organizado o processo de inclusão?
- 3) Como é a relação entre a escola e a instituição de acolhimento?
- 4) Qual é sua percepção a respeito da recepção da escola frente os alunos que vivem em situação de acolhimento institucional? Comente.
- 5) As crianças que tem alguma deficiência e vivem em situação de acolhimento institucional recebem algum atendimento específico encaminhados pela instituição de acolhimento? Qual?





## Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: “Gestão e Inclusão: visualizando alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional”.

Eu, ....., ..... anos, portador/a do RG ....., residente (rua, número, CEP) ..... abaixo assinado, dou meu consentimento livre e esclarecido para participar como voluntário/a do projeto de pesquisa supra-citado, sob a responsabilidade da pesquisadora Carolina Terribile Teixeira, Acadêmica do Curso de Especialização em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria. Pesquisa essa que faz parte da Monografia da pesquisadora, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dra. Soraia Napoleão Freitas.

Assinando este Termo de Consentimento estou ciente de que:

- 1 – O objetivo da pesquisa é investigar como a gestão realiza o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional. Os dados serão coletados através de entrevistas semiestruturadas.
- 2 – Fui informada que esta Pesquisa pretende verificar de que forma a gestão escolar organizou o processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional; pesquisar como acontece o processo de inclusão de alunos com deficiência que vivem em situação de acolhimento institucional; analisar as concepções dos professores do ensino comum a respeito da inclusão escolar dos alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional.
- 3 – Estou ciente de que os resultados desta pesquisa serão divulgados através de publicações na própria Monografia, em periódicos especializados e apresentação em eventos de Educação em geral.
- 4 – Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a minha participação na referida pesquisa.
- 5 – Meus dados pessoais serão mantidos em sigilo e os resultados gerais obtidos através da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos do trabalho, expostos acima.
- 6 – Este Termo de Consentimento é feito em duas vias, sendo que uma permanecerá em meu poder e outra com a pesquisadora responsável.

Santa Maria, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Voluntário

\_\_\_\_\_  
Carolina Terribile Teixeira  
Pesquisadora responsável pelo estudo